

A Crise Boliviana

*Tainá Leandro
Abril de 2005*

A mobilização popular em torno da nacionalização dos recursos energéticos bolivianos, e a constante negativa do governo em atender tal demanda criou um impasse político que teve como resultado a renúncia do Presidente Mesa. Contudo, essa crise tem raízes mais profundas, ligadas à sub-representação política das instituições, a dinâmicas sociais e a fatores econômicos estruturais, que juntos conformam um quadro que limitam a capacidade do Estado boliviano em responder aos anseios da população. O questionamento em torno da lei dos hidrocarburetos representa, na verdade, o ápice de um processo de acirramento de contradições entre grupos distintos, tornando-se recurso simbólico na luta pelas escolhas políticas do país.

A crise boliviana tem diversas dimensões. Contudo, seu eixo principal firmou-se em torno da falta de legitimidade da classe dirigente, e, por consequência, de suas escolhas políticas. Em momentos de estabilidade política, os membros do congresso e do executivo, representantes eleitos pela população, têm como função deliberar sobre questões relevantes para o país e decidir quais rumos devem ser seguidos. Os diversos grupos que compõe a sociedade mobilizam-se para influenciar as instancias políticas e atingir resultados de seu interesse, pois essas decisões acarretam custos e benefícios distintos dependendo de sua posição social. As escolhas estatais são acatadas, pois são vistas como legítimas dado que partem do pressuposto que o Estado busca construir consensos.

No caso boliviano, o Estado perde a capacidade de atingir um meio termo entre as elites políticas e econômicas, e a sociedade civil. Grupos políticos de base popular passam a reivindicar mudanças políticas profundas. Assim, a legitimidade das instituições bolivianas como fórum de discussão e decisão dos rumos do Estado passa a ser questionada. O Estado deixa de ser visto pela população como instância em busca dos interesses da sociedade, mas sim como instância a serviço dos interesses de grupos específicos: da elite econômica e das transnacionais engajadas na exploração do gás natural.

A crise de legitimidade tem como consequência uma crise de autoridade e de legalidade. Por um lado, as decisões do Congresso e do Executivo deixam de ser acatada pela população sob o argumento que essas escolhas são em função do interesse de um grupo específico e não da sociedade como um todo. O Estado perde, assim, sua capacidade de implementação de políticas. Por outro lado, o próprio processo de conformação dos grupos políticos no governo federal e estatal passa a ser questionado. Grupos sociais demandam reformas constitucionais no intuito de assegurar maior participação da população indígena, ou maior autonomia das províncias – direito de eleger diretamente seus governadores e prefeitos.

Para compreender melhor a crise que a Bolívia tem enfrentado, faz-se necessário analisar quais foram os fatores estruturais que contribuíram para a dilapidação da legitimidade das instituições bolivianas.

Inicialmente, cabe ressaltar a sub-representação política das instituições bolivianas. As duas décadas de democracia não foram suficientes para instaurar partidos políticos capazes de responder as expectativas da população. De fato, a elite política tradicional, pautada em três partidos principais – MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), ADN (Ação Democrática Nacional) e MIR (Movimento da Esquerda Revolucionária) (juntos somam 70% dos votos) – e na crença no liberalismo como forma de atingir o desenvolvimento econômico, cai em descrédito frente à população. Tais partidos não conseguiram criar identificação entre a sociedade civil e o Estado. De fato, o congresso não reflete a composição étnica boliviana. Grupos indígenas, cerca de 62% da população boliviana, têm pouca representação nas instancias políticas tradicionais, o que gera uma crise de identidade entre indígenas e o Estado. Na verdade, os partidos bolivianos são acusados de se concentrarem mais na

busca por cargos políticos, do que na conformação de laços entre sociedade e Estado. Isso tem como resultado a diminuição da legitimidade e, conseqüentemente, da força política do Congresso e do Executivo, limitando sua capacidade de seguir políticas pouco populares.

Por outro lado, é importante enfatizar a dinâmicas peculiares da sociedade boliviana. Os grupos marginalizados – indígenas, camponeses e sindicatos – não são atores sociais de pouca expressão. Na verdade, tem grande peso dentro da política boliviana. Apesar de não possuírem grande representatividade dentro do Congresso, são mobilizados em torno de dois principais movimentos, o MAS, encabeçado pelo Evo Morales, e o Grupo Cívicos e Sindicais, liderados pela Central Operária Boliviana. Com interesses próprios e identidades específicas, são, de fato, grupos de pressão importantes. Suas manifestações, acompanhadas por bloqueios de estradas, têm capacidade de colocar na agenda governamental suas principais demandas, pressionando tanto o Legislativo quanto o Executivo. De fato, a renúncia de Carlos Mesa foi, em grande parte, resultado dessa forte mobilização da sociedade boliviana.

Por fim, se faz necessário destacar os fatores econômicos estruturais. O Estado boliviano adota um modelo neoliberal pautado no livre-mercado como meio de atingir o crescimento econômico há vinte anos. Tal medida teve amplo apoio da população, que estava disposta a enfrentar os custos do curto prazo, para solucionar o problema da hiperinflação – cerca de 24 mil por cento ao ano – e receber os ganhos do longo prazo. Contudo, os indicadores sociais bolivianos não apresentaram melhoras significativas. A Bolívia continua sendo o país mais pobre da América latina, ocupando a 114^a. posição no IDH medido pela ONU. Os dois setores mais dinâmicos da economia boliviana, soja e extração de gás natural, é pouco intensivo em mão de obra, o que dificulta a distribuição dos benefícios econômicos para toda a população. Assim, o problema representado pelos altos índices de desigualdades sociais não foi solucionado. Trata-se de um país muito desigual. Cerca de 64% da população vive abaixo da linha de pobreza – 30% com menos de 1 dólar por mês – sendo que 65% dessa faixa é composta por grupos indígenas. Assim, as políticas liberais perderam o respaldo da população, que passou reivindicar transformações no modelo econômico boliviano. As dificuldades econômicas são atribuídas, muitas vezes, à exploração dos recursos naturais pelo capital externo. A nacionalização do gás boliviano, dentro dessa perspectiva, passa a ser uma demanda de certos grupos. Demanda essa reforçada pela valorização do preço do gás e a percepção que este é o último recurso natural boliviano que restou.

O processo de adensamento de contradições dentro da sociedade boliviana, culminou em um rompimento no frágil padrão de normalidade boliviano, que tiveram importantes reflexos tanto no âmbito externo quanto no âmbito doméstico. Faz-se, assim, necessário analisar as principais conseqüências.

No que tange a esfera política deve-se ressaltar alguns reflexos relevantes. Por um lado, há um enfraquecimento relativo dos partidos políticos tradicionais. Isso porque aspectos estruturais aliados à conjuntura atual incentivaram a população questionar a legitimidade e autoridade das escolhas políticas desses grupos. Por outro lado, há um fortalecimento dos movimentos sociais emergentes como grupos de pressão, principalmente aqueles ligados a camponeses, sindicatos e indígenas. A crise boliviana fortalece também as demandas de algumas províncias por maior autonomia. O enfraquecimento do poder central, abalado pela renúncia do presidente Mesa, permite que tais províncias consigam permissão para realizar plebiscitos ligados a esse tema. Assim, caso a população referende o anseio por maior autonomia, a probabilidade de atingir tal objetivo será muito grande dado que haverá uma Assembléia constituinte para reformular alguns princípios constitucionais.

No âmbito regional, países vizinhos passam a tratar da crise boliviana dentro da OEA. O posicionamento desses reforça alguns princípios consensuais, como a importância da democracia. Por outro lado, há uma movimentação por parte de alguns países, como os EUA, no intuito de flexibilizar a soberania boliviana: permitir a intervenção externa para solucionar a crise caso essa se intensificar. Contudo, muitos outros reafirmam a importância de certos princípios como a soberania e a auto-determinação dos povos. Assim, enfatizam a importância de uma solução interna para a crise, e uma mediação da OEA apenas se as partes estiverem de acordo.

Os reflexos econômicos são visíveis. A insegurança gerada pela possibilidade de nacionalizar o gás natural teve conseqüências negativas para os envolvidos na extração de tal recurso natural. Há prejuízos para as transnacionais. A crise afeta a produção, aumenta a instabilidade econômica e, por conseqüência, diminui o valor das ações dessas empresas. As transnacionais passam a reavaliar os

investimentos destinados a Bolívia. Em geral, suspendem por um lado investimentos futuros para a ampliação da produção e aumentam, por outro lado, os gastos com a segurança do capital instalado.

Países como o Brasil e a Bolívia, muito dependentes da importação de gás provindo Bolívia, são incentivados a diversificarem suas fontes. A possibilidade de desabastecimento de seus parques industriais leva-os a procurar outros ofertantes, ou a investirem na extração de gás dentro de suas próprias reservas, como o caso brasileiro. Tal quadro de insegurança traz custos econômicos para aqueles que se beneficiavam da extração do gás boliviano. Pode afetar a produção boliviana, pois esta pode ter sua demanda reduzida.

O Bloqueio das estradas pelos movimentos indígenas dificulta o transporte de mercadorias para algumas províncias afetando negativamente aqueles que costumavam a exportar para a Bolívia, e os bolivianos que costumavam a comercializarem com outros países. Por outro lado, tais bloqueios podem significar um possível desabastecimento de algumas regiões, inclusive La Paz.

Por fim, deve-se ressaltar o aumento do fluxo de emigrantes como uma consequência social. A crise boliviana tem como reflexo uma demanda por emigração. Aqueles países que possuem fronteiras com a Bolívia passam a receber um maior número de imigrantes bolivianos.

Dentro desse contexto, a elaboração de possíveis cenários torna-se um aspecto importante para uma análise mais aprofundada do tema. Segundo algumas tendências, pode-se pensar alguns possíveis desfechos para a crise.

Por um lado, as dificuldades dos diversos grupos em chegarem a um acordo sobre as escolhas políticas enfrentadas pela Bolívia podem ter como consequência a intensificação da crise. A radicalização dos grupos indígenas, que aumentam a suas demandas, e a falta de diálogo, podem fazer com que o impasse político permaneça e a crise se alongue. Cenários mais negativos, dentro desse contexto, podem ser possíveis. Podem ocorrer golpes políticos, no qual um grupo toma o poder de forma autoritária. Há também a possibilidade de algum líder, chefe carismático, angariar apoio da maioria e estabelecer um governo cuja fonte de legitimidade seja seu carisma. Tal governo não seria, necessariamente, uma democracia.

Por outro lado, a demanda por maior autonomia de algumas províncias, em geral, as mais abastadas, podem se radicalizar, vindo a se transformar em movimentos por emancipação política. Assim, uma vez que o governo central está enfraquecido, tais anseios podem ser bem sucedidos e, por consequência, o território boliviano se desintegrar.

Por outro lado, caso haja diálogo entre os diversos grupos sociais e partidos políticos, tendo como consequência a diminuição do radicalismo dos diversos grupos e concessões mútuas, tais movimentos podem encontrar uma solução democrática que finde com a crise de governabilidade que se instaurou na Bolívia. Assim, novas eleições restabeleceriam a legitimidade do congresso, o qual teria capital político para escolher opções polemicas.